

---

## “EXILADOS NO RIO”: CONSPIRAÇÕES PLATINAS NA INTERVENÇÃO PORTUGUESA DA BANDA ORIENTAL DO URUGUAI (1816)

### “EXILES IN RIO”: PLATINAS CONSPIRACIES IN PORTUGUESE INTERVENTION AT EASTERN MARGIN OF URUGUAY (1816)

---

Fernando Comiran  
Mestre em História – UNESP  
Professor Assistente da FURG  
fernandocomiran@furg.br

**RESUMO:** A segunda década do século XIX, período em que se deu a intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai foi marcada por inúmeras contendas políticas e diplomáticas, comuns daquele momento. A intervenção lusitana do ano de 1816 foi reflexo deste conturbado contexto, marcado pelo processo de independências e pela readequação da política externa europeia. A corte portuguesa conectou interesses de diversas naturezas para empreender tal projeto: em seu discurso, alertou para os perigos do federalismo artiguista em território limítrofe ao seu; de outra maneira, atendeu demandas econômicas de alguns de seus súditos; ao lançar a intervenção em nome dos direitos de Fernando VII, deu a entender que tudo não passava de uma “cooperação ideológica”; e, por fim, vinculou interesses da política externa que se redesenhava no território europeu, a partir do Congresso de Viena, com seus interesses na América Meridional. Porém, outro elemento deve ser considerado: a influência de interesses platinos – portenhos e “orientais” – na ocupação portuguesa da região. A partir de correspondências de Manuel José Garcia e Nicolas Herrera, exilados no Rio de Janeiro às vésperas da expedição de Carlos Federico Lecor, este trabalho busca apresentar a interferência direta de personagens da política platina na intervenção portuguesa da Banda Oriental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Intervenção portuguesa. Banda Oriental do Uruguai. História Platina.

**ABSTRACT:** The second decade of the nineteenth century, a period in which they gave the Portuguese intervention in the “Banda Oriental of Uruguay” was marked by numerous political and diplomatic disputes, common at that time. The Lusitanian intervention of 1816 was a reflection of this troubled context, marked by the independence process and the readjustment of European foreign policy. The Portuguese court connected interests of various natures to undertake such a project: in his speech, warned of the dangers of artiguista federalism in its neighboring territory; otherwise met economic demands of some of his subjects; when launching the intervention on behalf of the rights of Ferdinand VII, hinted that it was all an “ideological cooperation”; and finally, tied foreign policy interests that redraw the European territory, from the Congress of Vienna, with its interests in South America. However, another factor must be considered: the influence of platinum interests – “porteños” and “orientais” - the Portuguese occupation of the region. From correspondence of Manuel José Garcia and Nicolas Herrera, exiled in Rio de Janeiro on the eve of the expedition of Carlos Federico Lecor, this paper presents the direct interference of the political characters platinum in Portuguese intervention of the Eastern Band.

**KEYWORDS:** Portuguese intervention. Eastern margin of Uruguay. History of the Platine region.

## “O Prata” desejado: primeiras considerações

Os projetos, ambições ou estratégias políticas portuguesas para os territórios a oriente do Rio Uruguai remontam aos primeiros olhares europeus para a região. Para as margens do Rio da Prata crescia um interesse geopolítico e econômico estratégico da política colonial dos lusitanos. E também, dos espanhóis do outro lado do Prata. A Banda Oriental do Uruguai se constituiu como área de intersecção política e territorial dos impérios coloniais ibéricos.

Desde a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, pelos portugueses, no ano de 1680, a região foi assumindo maior importância política. Se nos primeiros tempos o enclave de Sacramento era de relevância, tão somente, geopolítica, alternâncias foram sendo processadas. O Tratado de Utrecht (1715) adotou o princípio do “*uti possidetis*” o que, em seguida, influenciou no fenômeno de fundação de diferentes enclaves na América meridional. A região, também vista como integrante de um eixo econômico, absorveu demandas e interesses das metrópoles Ibéricas.

Assim, ao longo do período colonial, espanhóis e portugueses promoveram diversas disputas militares na região, pela posse dela ou, articuladas com interesses em outros espaços em disputa. Também, provocaram diferentes e constantes atividades e enfrentamentos diplomáticos pela posse da região. Esta região, o que podemos definir como “espaço platino”, se constituiu como uma zona de fricção, de atritos; um local aonde os limites avançaram e recuaram, por diversas vezes, ao longo de sua história.

Um significativo momento do interesse e da ação portuguesa para a ocupação dos territórios da Banda Oriental ocorreu durante o processo de independência da região. Nos anos de 1811 e 1816, dois projetos militares ocuparam de fato o território platino. E, em especial, no ano de 1816, culminou com uma intervenção que durou em torno de doze anos. De portuguesa, também foi brasileira, após 1822. E é sobre a intervenção de 1816 que o presente texto abordará, adota um olhar “platino” para a questão.

## “O Prata” conquistado: a intervenção de 1816 e o discurso português

Existem vertentes diferentes na historiografia para explicar os motivos das duas expedições militares portuguesas na Banda Oriental do Uruguai, especificamente, na intervenção de 1816. Destas, destacaremos quatro: a tese da fronteira natural, os interesses econômicos, o contexto da política platina e a conjuntura política européia.

A primeira delas diz respeito à teoria das “fronteiras naturais”. No caso da ocupação da Banda Oriental, é comum à historiografia aliar tal argumento discursivo de Portugal como fator determinante para a consolidação dos planos de D. João VI. Como exemplo desta leitura historiográfica, Oliveira Lima cita uma justificativa dada por D. João VI ao embaixador francês Maler, à fim de legitimar a invasão. Comentava o Rei de Portugal que “os franceses falaram e escreveram muito em tempo sobre fronteiras ou limites naturais: tratava-se sempre, de um lado, do Reno e do outro, dos Alpes; ora, o que é o Reno comparado com o Rio da Prata?” (LIMA, 1996, p. 73).

Neste sentido, João Paulo Pimenta, ao observar a utilização da tese das “fronteiras naturais” no discurso lusitano pró-invasão, afirma que, mesmo não sendo um argumento exclusivo em relação à ocupação militar portuguesa em 1816, este critério foi amplamente difundido como justificativa, tanto pelo governo português como pelos formadores de opinião daquela sociedade (PIMENTA, 2002, p.137).

Por sua vez, Aldo Janotti, ao discutir tais elementos, tece críticas radicais a historiografia brasileira, a qual, segundo ele, faz de tal teoria o fator determinante para a ação portuguesa. Assim, Janotti define este argumento como um disfarce para projetos meramente expansionistas. Segundo ele, não se deve creditar tal tese como causa principal da intervenção, uma vez que, este foi um recurso de ampla repercussão positiva a favor das ações militares e, serviu também, como elemento na formação de um discurso de territorialidade para a nova nação (JANOTTI, 1975, p. 319).

O mesmo Janotti ao passo que desarticula a importância da tese das fronteiras naturais, amplifica o significado econômico para a invasão da região oriental. Para ele o ciclo luar e a dependência brasileira em se abastecer de tal espécie na região platina, somando à

concorrência do gado e da carne orientais fazia da intervenção portuguesa uma solução para a crise do setor (JANOTTI, 1975, p. 333-334).

Mas havia, no âmbito da política regional, outro elemento circunstancial para a compreensão da escolha portuguesa em invadir os territórios platinos. Era contundente a preocupação do gabinete português em relação à política artiguista que contagiava os povos orientais. A ameaça política que o Protetorado de Artigas representou para o governo lusitano foi elemento substancial no discurso em favor da ocupação da Banda Oriental do Uruguai.

Nesta perspectiva, o gabinete português utilizou constantemente expressões do tipo, “*para conter a anarquia*” nos territórios limítrofes ao Brasil. Conforme Pimenta, o general Lecor, em resposta a Pueyrredón, então diretor da Junta de Buenos Aires, dizia que “a marcha de seu exército visava exclusivamente pacificar a fronteira do reino contra a *desordem e anarquia*” (PIMENTA, 2002, p.147). Oliveira Lima, na obra Dom João VI no Brasil, legitima os argumentos de Portugal ao destacar que Artigas apoderou-se da Banda Oriental e, além de praticar “depredações na fronteira brasileira, alistara tropas para invadir a província de São Pedro e espalhou proclamações destinadas a excitar os habitantes das Sete Missões à revolta” (LIMA, 1996, p. 437).

O projeto de expansão arquitetado no gabinete do Rio de Janeiro, ao assumir o discurso de combater o republicanismo plantado por Artigas na região oriental, agradou alguns setores de Buenos Aires, sobretudo, uma pequena nobreza e alta burguesia que, temerária diante dos acontecimentos, começava a defender uma saída monárquica para solucionar o quadro de tensões políticas que se espalhava por todo o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

Uma articulação política entre portenhos e lusitanos contra o movimento artiguista na Banda Oriental passou a ser cogitado. Tratava-se de um ideário anti-monarquista, ou seja, oposto às pretensões tanto de lusitanos como de alguns grupos portenhos. Neste sentido, o governo de Buenos Aires, mesmo avesso a qualquer política de conquista estrangeira, via na provável ocupação portuguesa na Banda Oriental uma possível forma de aniquilar com as forças artiguistas. De certo modo, havia uma convergência de interesses entre Buenos Aires e Portugal: o de combater a ameaça federalista alardeada por Artigas e seu Protetorado.

Se não bastasse o cenário platino como motivador para a ocupação da Banda Oriental do Uruguai, a Europa também fornecia elementos que encorajavam ainda mais D. João VI. A

Europa discutia suas novas fronteiras no Congresso de Viena. E a pendenga entre Espanha e Portugal em relação a Olivença assumiria, neste contexto, papel determinante para a ocupação dos territórios orientais.

D. Pedro de Souza Holstein, o Conde de Palmella, liderava a missão diplomática em Viena. E encontrava-se em profundo impasse. Ao reivindicar a retomada do território de Olivença abria caminho para o pleito espanhol de recuperar as Missões Orientais do Uruguai. Mesmo diante das indicações do gabinete do Rio em recuar nesta questão, Palmella fez da Banda Oriental um ótimo pretexto para suas negociações em Viena.

O conde de Palmella, frente à indiferença espanhola e da possibilidade de ver as Missões Orientais reivindicadas pelos diplomatas de Madri, sugeriu a hipótese de colocar em prática o projeto de invasão da Banda Oriental. Tal sugestão fica contundente quando Palmella diz que a “(...) vantagem seria para desejar q<sup>e</sup>. as Tropas de S.A.R. podessem previamente ocupar a margem Oriental do Rio da Prata, e conserva-la provisoriamente, e sobre tudo se conseguissem apoderar-se de Montevideo(...)”(*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p. 4)

O intuito do diplomata era tornar tal episódio um elemento de “barganha” nas negociações com a Espanha. Assim, poderia sugerir a troca de Olivença pelo território recém conquistado, desde que ainda não se tivesse firmado com Buenos Aires a tão comentada “saída monárquica” na região platina.

Foram diversos os elementos que motivaram e/ou justificaram o avanço português até as margens do Rio da Prata. Além dos fatores de origem sul americana que incentivaram e, acima de tudo, sustentavam a intervenção militar na Banda Oriental, havia um elemento externo. A ocupação dos territórios orientais passou a ser muito mais do que uma estratégia da política de Portugal para a América Meridional. Pelas mãos de Palmela, esta ação se transformou, definitivamente, em uma poderosa estratégia de negociação portuguesa frente aos espanhóis no Congresso de Viena.

### **“O Prata” informado: a presença platina na corte do Rio de Janeiro**

A intervenção portuguesa na Banda Oriental do Uruguai, em 1816, pode ser visto, em diferentes prismas: da importância geopolítica da região, passando pela ascendente e consolidada relevância econômico-comercial com o Rio da Prata e a composição da política

internacional, em tempos de construção de novas agendas exteriores, especificamente, as relações luso-espanholas no Congresso de Viena.

Mais do que tais fatores, um outro olhar assume importância no exercício de compreensão da política que culminou com a jornada político-militar lusitana. Trata-se das circunstâncias políticas em que a região platina mergulhava naqueles anos: agitados pelo processo das independências que germinavam e friccionados pelas rivalidades políticas que disputavam os espaços e tendências do mesmo processo.

Em meados do ano de 1814, diante das dificuldades encontradas pelo Governo bonaerense, em seu Segundo Triunvirato, em conter o avanço federalista, Carlos Maria de Alvear, apoiado pela Logia Lautario, deu vistas em destituir o Triunvirato e, em seu lugar, instalar um governo unipessoal, que pudesse centralizar as ações políticas e de combate ao movimento de Artigas. O sucesso deste evento político resultou na eleição de um Diretor Supremo, o qual foi Gervasio Antonio de Posadas.

Porém, mesmo com a instalação de uma nova instituição política no Rio da Prata, agora de características mais centralizadoras, o avanço federalista na Banda Oriental, Entre Ríos e Corrientes e, por outro lado, as dificuldades militares encontradas pelas tropas bonaerenses em avançar no Norte e no Alto Perú promoveu grande instabilidade entre a elite política bonaerense. Assim, viu-se o crescimento das oposições e a multiplicação de divisões políticas que isolaram politicamente a Posadas, o qual renunciou em 9 de janeiro de 1815.

Em seu lugar, assumiu Carlos María de Alvear, personagem de características autoritárias e centralizadoras e, que ficaria marcado negativamente no discurso historiográfico platino. Este, além de enfrentar o crescimento do movimento artiguista que se desenhava desde os anos anteriores, também, precisou considerar uma importante transformação no cenário político internacional: o retorno de Fernando VI ao poder. Diante de tal questão, Alvear polemizou ao oferecer as Províncias do Prata como protetorado britânico, isso diante do cada vez maior movimento de Artigas e das negativas platinas de frear o movimento de emancipação.

Por sua vez, Bernardino Rivadavia e, também, Manuel Belgrano, representantes externos da Províncias do Prata, desaprovaram radicalmente a proposta política de Alvear, que inclusive foi apresentada as lideranças diplomáticas britânicas. Belgrano e Rivadavia, representantes da elite portenha – e, até mesmo de uma elite mais intelectualizada – temendo

a tomada federalista da região, inclusive cogitaram a “entronização” de Francisco de Paula, irmão de Fernando VII, como Rei das Províncias Unidas do Rio da Prata. Era uma resposta a proposta de Alvear e uma forma de encontrar uma saída para o avanço artiguista.

É neste contexto que surgem dois personagens, os quais serão vistos como a influência platina na corte do Rio de Janeiro: Nicolas Herrera e Manuel José Garcia. Ambos foram partidários de Alvear, o segundo Diretor Supremo, e assumiram funções centrais no Governo. A historiografia platina, ao fazer seus julgamentos históricos, inclusive, os condena como controversos, afinal, além de ter feito parte da “camarilla” de Alvear, em seguida, aliaram-se ao português Carlos Federico Lecor, o qual efetuou a ocupação da Banda Oriental para, em seguida, administrá-la.

Porém, apesar de seu caráter centralista e unificado, o Diretório Supremo, na liderança de Alvear, não conseguiu dar respostas ao avanço federalista, inclusive fracassando nas tentativas de negociação com Artigas. Em 3 de abril de 1815, ao ordenar uma ofensiva contra as tropas do líder federalista, Ignacio Álvarez Thomas, comandante da operação, se declarou em rebeldia, exigindo a destituição da Assembleia e a renúncia do Diretor Supremo. Tal ato, que ficou conhecido como o “Motim de Fontezuelas”, encontrou terreno fértil em Buenos Aires, fracionada em grupos políticos que se multiplicavam no processo emancipatório da região.

Assim, em 17 de abril de 1815, Alvear se asilou em uma fragata britânica e, seus principais conselheiros de governo, Francisco Javier de Viana e Nicolás Herrera foram presos e julgados pelo novo governo que assumiria o comando político das Províncias Unidas do Rio da Prata. Sobre isso, Lincoln Casas, aponta que ao ser julgado, Herrera foi condenado a pagar uma grande indenização, a qual obrigou Concolación Obes, esposa de Herrera, a vender joias, objetos pessoais e, ficar a beira da mendicância (CASAS, 2010, p.122).

Coube a Nicolás de Herrera e Carlos María de Alvear, juntamente com outras antigas lideranças do Diretório Supremo, se retirar ao exílio, estabelecendo-se no Rio de Janeiro, sobre proteção do governo português ali instalado. Estes exilados, sobretudo Alvear e Herrera assumiriam, a partir do exílio, densidade política no processo que ali se inauguraria.

Se juntariam a Manuel José García que, desde antes do episódio de Fontezuelas, encontrava-se em missão diplomática junto às partes inglesas sediadas no Rio de Janeiro. Foram eles fundamentais na promoção e colaboração da invasão portuguesa na Banda

Oriental, a qual inauguraria a ocupação portuguesa e, posteriormente, brasileira da região – a qual apenas seria finalizada em 1828, com a criação do Uruguai.

Tais lideranças políticas platinas, agora suprimidas do Governo da Junta Suprema, sediados no Rio de Janeiro, passaram a contribuir de maneira prática ou no convencimento político em torno da invasão lusitana no Prata. Segundo Ana Ribeiro, estes pormenorizaram a situação política das provinciais platinas, seus partidos e tendências, o estado, características e situação das forças militares artiguistas e bonaerenses, enfim, constituíram um mapa acerca do cenário no qual desejavam ver o avanço português (RIBEIRO, 2009a, p.149).

Certamente, ao promover e entusiasmar o governo português para a invasão da Banda Oriental, os exilados platinos deixavam claro seu novo posicionamento político: a necessidade de um Rei para conter o federalismo, o que julgavam ser uma “anarquia” e, por fim, frear o processo de autogoverno americano, pois, para eles, a América não estava preparada para tal estágio político.

### **Nicolas Herrera: um exilado platino no Rio de Janeiro**

De inicial formação eclesiástica em Chuquisaca e, posteriores estudos em Direito na Espanha, Nicolas Herrera, imprimiu atividades políticas e diplomáticas desde o nascer do século XIX. Desde sua volta ao continente americano após seus estudos na metrópole, Herrera assumiu funções no Cabildo de Montevideú. Estava presente na capital oriental quando das intervenções militares inglesas no Prata, nos anos de 1806 e 1807.

Enviado à Madrid para levar informações políticas acerca das ações britânicas nas colônias espanholas, Nicolas de Herrera assistiu os episódios de Baiona e a conseqüente tomada de poder por Bonaparte na porção espanhola da península Ibérica. Por se tratar de um americano em terras espanholas, foi chamado a representar as colônias nas “Cortes de Baiona” Sobre este episódio, a bibliografia aponta que Herrera manteve posições de fidelidade política a causa dos Bonaparte – de certo, o *afrancesamento* de sua formação política contribuiu para seu alinhamento com o Imperador (RIBEIRO, 2009b).

Ao regressar a América, desde Montevideú, sua cidade natal, acompanhou a Revolução de Maio, em 1810, pela qual tomou partido. Tal fato valeu a sua expulsão da

cidade, determinada pelo vice-rei Francisco Javier Elío, que adotou postura de fidelidade, não apenas a Fernando VII, mas, sobretudo, às instituições que vigoravam na Espanha.

Em Buenos Aires tomou partido do grupo político de Mariano Moreno, participando dos movimentos que derrubaram a chamada “Junta Grande” e, assim, logo em seguida, assumiu o cargo de Secretário da Fazenda do Primeiro Triunvirato. Seria neste momento que Herrera se vincularia diretamente aos projetos políticos de caráter emancipacionista, embora, suas vindouras posturas o afastariam radicalmente das bandeiras federalistas que ousaram tomar conta da campanha oriental (ABADIE, 1998a).

Ainda no Primeiro Triunvirato bonaerense, Herrera foi o responsável por negociar com Juan Rademacker, em 1812, o Tratado de Paz que pôs fim a primeira intervenção portuguesa à Banda Oriental, naquela primeira metade do século XIX – ocorrida em 1811, em meio às disputas entre a Junta de Buenos Aires com o Vice-rei Francisco Elío e as pretensões de Carlota Joaquina pela regência espanhola.

Com a dissolução do Segundo Triunvirato e a posterior formação do “Diretório Supremo de Governo” – com grande influência da “Logia Lautaro” – Herrera ganhou maior densidade política, assumindo ministérios e chefiando as ações políticas contra José Artigas.

Em 18 de abril de 1815, com a queda de Carlos Maria de Alvear como Diretor Supremo das Províncias Unidas, Nicolas Herrera foi exilado, juntamente com outros tantos partidários daquele governo, ao Rio de Janeiro (ABADIE, 1998a).

Este período representou uma grande mudança em suas posições políticas. Suas práticas, sempre aliadas ao movimento de formação de um governo centralizado em Buenos Aires, deram espaço a escolhas políticas muito articuladas com o Império Português, fatos que podem ser vistos em sua correspondência diplomática e familiar. Mas, sobretudo, em suas escolhas políticas nos anos seguintes.

Na correspondência que manteve com seus familiares, por exemplo, sempre reforçou uma visão amistosa em relação ao governo português. Em carta de 14 de setembro de 1815, o político rio-platense informava que “este Príncipe (q.<sup>o</sup> es bueno sin limites) nos protege mientras estemos en su territorio, y si llega el caso de ser necesaria nuestra salida, jamas nos entregará, Sino q.<sup>o</sup> nos señalara tiempo p.<sup>a</sup> partir de Sus Estados" (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p. 29).

É evidente que, o bom tratamento acusado por Herrera e ofertado por Dom João VI não acontecia por acaso, afinal, no exílio, o diplomata montevidiano articulava permanentemente uma aliança política com o governo português – o que de fato se materializou no ano seguinte.

E os elogios à Dom João, informados a sua esposa Consolación Obes, se repetiam a cada carta, a cada comentário sobre seu cotidiano no calor da cidade do Rio de Janeiro. Nos informes, mesmo sem novidades, dizia que “ahora podemos vivir tranquilos bajo la proteccion gral. q.<sup>e</sup> franquea este Gov.<sup>no</sup> á los Extranjeros”. Governo este, nas palavras de Herrera, “generoso y liberal” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p. 34).

Mas sua correspondência, muito mais do que tranquilizar sua família serve para evidenciar seu papel na colaboração platina com a futura intervenção portuguesa na Banda Oriental. Em carta, durante o exílio, à José Rondeau, Nicolás de Herrera afirmava “q.<sup>e</sup> la America no puede gobernarse p.<sup>r</sup> si misma, le falta edad, y madurez; y jamas estará tranquila mientras no tenga al frente una persona q.<sup>e</sup> imponha á los Pueblos p.<sup>r</sup> la Magestad del Trono” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p. 21-26).

Segundo Ribeiro, para Alvear, muito mais que um projeto político, a interferência junto ao governo português significava uma revanche, um ressentimento trazido consigo para o exílio. Para Herrera, por sua vez, tratava-se de uma convicção ideológica. A historiadora uruguaia, inclusive, discute apontamentos de Herrera os quais possuem forte embasamento em torno da tentativa de convencimento do governo português para tal ação (RIBEIRO, 2009a, p.150).

Nicolás Herrera apontava a necessidade de pacificar as Províncias do Rio da Prata, pois elas, a serem limítrofes ao Brasil, representariam um ameaça aos súditos de Dom João VI. Argumentava que a América espanhola era dividida em castas – brancos, índios, mulatos e negros – e que a força dos costumes, das leis e da religião fazia com que a casta dos brancos ocupassem o mesmo lugar na sociedade que a Nobreza, na Europa.

Seguia Herrera argumentando que o processo emancipatório no Prata ganhou proporções equivocadas, pois, os “crioulos”, lideranças do processo, perseguiram os espanhóis, acusando-os de tirania. Já o Partido Espanhol, por sua vez, teria acostumado as castas inferiores a não respeitar seus senhores ou superiores. Herrera, assim, finalizava seu discurso para o governo português mostrando que a convulsão política no Prata não se tratava

de uma mera mudança de governo ou dinastia mas, sim, de “um país limítrofe em Anarquia; de una poblacion numerosa en Armas (...)” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p. 6).

Ana Ribeiro também aponta que Herrera, em sua tarefa de convencer o governo português em invadir a Banda Oriental, tornou minuciosas as informações militares e políticas da região, além de sugerir qual deveria ser o discurso português dirigido para a Espanha e para Buenos Aires. Este deveria ser no sentido de oferecer uma ação para pacificar a região ao combater um homem, no caso, Artigas, que não oferecia segurança para acordos políticos (RIBEIRO, 2009a, p.152).

No mesmo sentido, Herrera, em correspondência ao governo português, destacava que o exército lusitano seria recebido positivamente, pois, “marchara entre aclamaciones hasta las murallas de Montevideo”, afinal, se “hablará como Pacificador, q.º no tiene mas objeto q.º libertar al pais de la anarquia (...)” após “cinco años de misérias de devastación, y ruinas” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p. 10-16).

De fato, o trabalho político de Herrera deu resultados. Ele, antigamente republicano, após viver as experiências daquele processo político que apenas se avolumava sem encontrar uma solução, agora adotava um tom crítico ao republicanismo, aderindo à saída Monárquica. Neste sentido em correspondência ao governo português, salientava “q.º las ideas republicanas son absolutamente contrarias a la prosperidade de um Pais inmenso, y educado baxo las formas Monarquicas” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p. 15).

Assim, após o trabalho de convencimento político empreendido por Nicolás de Herrera e, diante das situações da política internacional que eram constituídas durante e após o Congresso de Viena, o governo português enviou Carlos Federico Lecor à Banda Oriental, dando início a uma ocupação que, somada ao período do Brasil independente, duraria praticamente doze anos.

Por sua vez, Nicolás Herrera, retornaria à Banda Oriental em 1816, ao lado de Lecor, como secretário pessoal e braço direito do comandante português. Herrera assumiria funções estratégicas na construção da rede política que sustentou a administração portuguesa, inclusive, ao promover o acordo em que o Cabildo de Montevideu aderiu formalmente ao Império português.

## Manuel José Garcia: um Embaixador platino no Rio de Janeiro

Nascido em Buenos Aires no ano de 1784, Manuel Garcia, assim como Herrera, também teve carreira acadêmica construída em Chuquisaca. Ambos, inclusive, são denominados membros da “Generación de Chuquisaca”, a qual se refere grande número de líderes platinos com semelhante formação intelectual.

Logo após sua formação, concluída em 1804, teve seus primeiros contatos com atividades políticas. Já no ano de 1807 participou de batalhas na expulsão dos ingleses na cidade de Buenos Aires e de Santiago de Liniers recebeu a graduação de Tenente Coronel.

Com os episódios políticos na Espanha, em 1808, que culminaram com o afastamento de toda a família real dos Bourbons e a entronização de José Bonaparte como Rei da Espanha, Manuel José Garcia fez parte do chamado “partido Carlotista”, o qual defendia a nomeação de Carlota Joaquina, princesa do Brasil e herdeira dos Bourbons espanhóis, como Rainha das porções sul-americanas do império espanhol.

Mais tarde aderiu ao movimento de Maio, embora sua relevância política viesse a ter maior envergadura a partir da instalação do Segundo Triunvirato, quando foi nomeado como um dos organizadores da “Assembléia Geral Constituinte” no ano de 1813. Com a criação da Junta Suprema de Governo, ampliou seu espaço político no governo bonaerense, assumindo diversas funções, como Secretário de Fazenda e, posteriormente, membro do Conselho de Estado.

Mas foi em meados de 1815 que suas funções o aproximaram das questões portuguesas. O governo de Buenos Aires, sob liderança do Diretor Supremo Carlos Maria de Alvear, preocupado com as notícias que davam conta de um possível envio de tropas espanholas para restabelecer os laços políticos com Fernando VII, encaminhou Manuel José Garcia ao Rio de Janeiro na função de Embaixador. Sua missão era estabelecer negociações com o embaixador britânico na corte portuguesa, Lord Strangford e, também, fazer contato com o Ministro de Relações Exteriores inglês, Lord Castlereagh.

Tratava-se de uma medida a fim de angariar o apoio britânico diante da provável expedição espanhola e a neutralidade portuguesa em torno da independência portenha. Porém, após o cumprimento desta jornada, Manuel Garcia foi nomeado Embaixador Plenipotenciário na corte portuguesa, aonde desenvolveu suas funções até 1820.

Foi neste período que Garcia assumiu papel decisivo no convencimento e orientação à coroa portuguesa, com o propósito, associado a atuação de Nicolas Herrera, de levar a cabo o projeto de ocupação lusitana da Banda Oriental.

Como Embaixador Plenipotenciário da Junta Suprema de Governo de Buenos Aires, Manuel García constrói extensa relação com a Coroa portuguesa. Nela, apresenta diversos argumentos consolidado uma posição favorável pela ocupação lusitana na Banda Oriental. Em carta de 30 de janeiro de 1816 comunica o governo português sobre falta de estrutura das tropas artiguistas e que a população oriental, cansada daquilo que julga ser uma anarquia instala por Artigas, aceitaria de bom tom a entrada de tropas estrangeiras dotadas de uma ação para conter as turbulências causadas pelo movimento federal (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p. 43).

Na mesma carta, Garcia seguia encorajando o governo português da importância das tropas portuguesas na tarefa de sufocar o movimento político de Artigas. Defende que “solamente las milicias portuguesas son mas que suficientes, para realizar la empresa” afinal, Artigas e suas tropas não possuem “ninguna Tática, y la insubordinacion de sus soldados, y la falta de buenos armamentos, artilleria, y municiones, que se puede asegurar (...) que Artigas no puede batirse con los portugueses(...)” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p.45).

Os dois representantes platinos na corte portuguesa foram úteis, como já visto, na tarefa de auxiliar na leitura militar das linhas de Artigas. Porém, mais do que isso, ambos participaram ativamente da arquitetura política da ação. Era fundamental para a Coroa portuguesa angariar as simpatias orientais durante o processo de avanço das tropas. E Manuel Garcia não deixou este importante item fora de seus auxílios e sugestões. Aos Ministros portugueses escreveu vinte e uma sugestões sobre as formas de operacionalizar a política de ocupação da Banda oriental. Alinhado com as orientações de Nicolas Herrera, o Embaixador destacava a importância de um discurso afinado e suave.

Orientava ao governo português que caberia ao chefe militar, durante a ocupação, conchamar a todos os povos da região que o Rei Dom João agia em nome “delos hombres buenos, compadecido de los horrores extragos de la anarquia, y deseando evitar el contagio de la revolucion, que esta assolando um territorio limitrofe de sus domínios, y los grandes prejuicios, que sufren sus vasallos (...)” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo*, p.47).

Segue auxiliando o governo português a lapidar o discurso para a ocupação. Enfatiza a necessidade de lembrar a todos “que S.M. detesta toda idea de conquista, y que es solamente dirigido por los principios de humanidad, de pacificación, y del interes particular de aquel desgraciado país, y de sus Estados (...) expuestos al influxo de la revolución” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p. 50*).

Para Manuel Garcia era fundamental conquistar a confiança da população oriental. E as orientações seguiam com este tom, lembrando os portugueses da necessidade de divulgar as intenções da intervenção por todos os meios possíveis, inclusive impressos com ampla distribuição. A confiança dos orientais, para Garcia, exigia que Portugal frisasse que a ação não possuía o interesse de devolver aquelas terras aos espanhóis, que se rearticulavam com o retorno de Fernando VII.

Mas além de conquistar a confiança, Manuel Garcia inclinava o governo português à tarefa de “conquistar as almas”. Na décima orientação encaminhada aos ministros de Dom João, apontava para a imperiosa “descendência” espanhola dos orientais, o que presumia que estes “gustan mucho de distinciones y honores. Será mui conveniente, que S. M. condecore com alguna Cruz, pa los que se distinguan em su Servicio, ó a quienes convenga ganar” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p.48*).

O Embaixador bonaerense era hábil na forma de ler as características políticas orientais e de sugerir e orientar o governo português em torno da missão militar e política. Ao sugerir condecorar lideranças da Banda Oriental, Garcia apontava para a necessidade de angariar apoios e simpatias políticas. E, em relação a isso, foi além. Na orientação seguinte sugeriu aos portugueses que o novo governo fosse estabelecido sem rupturas, respeitando as tradições. Dizia que “convendrá poner um Gobernador Militar, y Político que reúna em Gefé todas las jurisdicciones, y sea Presidente del Cabildo. De este modo fue gobernado siempre aquel Pueblo, y asi no extrañara” (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p. 54*).

Manuel José Garcia demonstrava profunda sensibilidade e compreensão das questões políticas e administrativas que cercavam uma possível intervenção estrangeira na Banda Oriental. Para tanto, em suas instruções, seu destaca ênfase neste aspecto. Sugeriu que o governo a ser estabelecido nomeasse funções e empregos a naturais da região, com o intuito de não romper com tradições e, destacadamente, ganha a opinião pública e a confiança. Por fim, alertava para a importância do bom trânsito e diálogo com a Igreja, a qual, segundo

Embaixador, seria importante no processo de pacificação tranquila das terras orientais (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p. 56-57*).

O governo português, compreendendo a importância do diálogo e das orientações prestadas pelos líderes políticos platinos, aproveitou-se da situação e solicitou diferentes pedidos de informação. As informações foram além de leituras sobre as estratégias militares ou as simpatias políticas a serem conquistadas. Tratava-se especificamente das temáticas administrativas, dos caminhos para estabelecer um novo governo.

Neste sentido, em documento de 27 de abril de 1816, Manuel José Garcia, respondeu sete consultas específicas feita pela Coroa lusitana. Nela, os portugueses queriam a opinião de Garcia sobre a conveniência de conservar ou não o Cabildo montevidiano, a composição e atribuições do mesmo. Garcia orientava para a manutenção das mesmas estruturas até que as simpatias fossem conquistadas. Sugeriu formas de organizar a justiça e a fazenda de maneira que se tornasse possível congregar a participação das lideranças locais de forma com que a conquista não representasse uma ruptura, mas, apenas, uma decisiva ação contra o estágio político revolucionário que se desenhava na Banda Oriental há mais de cinco anos (*Archivo Artigas, Tomo Trigésimo, p. 61-68*).

A ação política do Embaixador Manuel José Garcia não apenas foi oferecida aos portugueses, mas como pode ser visto solicitada em diferentes formas e momentos pelo governo lusitano. Buenos Aires e Portugal, neste instante tinham um inimigo em comum. E confabularam juntos contra ele, Artigas. Meses após a troca de correspondência entre Garcia e o gabinete português, Carlos Federico Lecor rumou com mais de cinco mil homens para a Banda Oriental conquistando-a. E muito de suas estratégias de consolidação do poder português, que se estenderia até a independência do Brasil, muito se conectaram com as impressões sugeridas pelo Embaixador portenho.

## Considerações Finais

O processo político no qual se definiu a intervenção portuguesa na Banda Oriental do Rio da Prata, além dos importantes e decisivos condicionantes internacionais, também teve a interferência direta da política montevidiana e platina. As lideranças políticas sediadas no Rio de Janeiro, um forçado pelo exílio e, outro, em missão diplomática, processaram forte

campanha política e diplomática no convencimento e, sobretudo, na formatação da estratégia e do discurso português para justificar tal empreendimento.

Nicolás Herrera, que de certa forma, é esquecido pela historiografia platina, em geral, quando mencionado, sempre vem precedido ou sucedido por algum adjetivo negativado. É claro, que sua postura política de aliança e cooperação com a causa portuguesa, na intervenção de 1816, sua colaboração com Carlos María de Alvear, durante os anos do Governo Supremo das Provinciais do Prata e, sua intensa participação na condução do governo português na Banda Oriental, colaboram para que a historiografia oficial o condene ou o ignore.

O que cabe aqui é perceber seu papel e sua atuação na arquitetura política das ações que culminaram com a operação militar portuguesa. Em suas cartas, pode-se perceber uma forte inclinação monárquica, um esforço na elaboração de argumentos capazes de convencer uma tomada de ação lusitana e, por fim, de favorecer a política lusitana para o Prata.

Por sua vez, Manuel José Garcia, foi decisivo no repasse de informações políticas e administrativas que se processavam na Banda Oriental. Seu viés, menos teórico do que Herrera, assumiu caráter técnico e burocrático, enfatizando e sugerindo os melhores caminhos para que Portugal não apenas assumisse o controle político do Prata, mas, sobretudo, conquistasse a legitimidade da população através de mecanismos políticos.

Olhar para a política platina, na segunda década do século XIX requer olhar para estes personagens, afinal, estiveram presentes nos bastidores e na condução de importantes processos políticos como, o combate ao federalismo de Artigas, o processo das independências no Prata e, neste caso, especificamente, a intervenção portuguesa de 1816. Suas ações, articuladas serviram de estímulo e de orientação para as ações lusitanas que se desencadearam na Banda Oriental. De fato, a política na corte do Rio teve influência direta não somente dos interesses lusitanos como, também, platinos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIE, Washington Reyes. *Artigas e el Federalismo em el Rio de la Plata. Tomo 2, V.2.* Montevídeu: Ediciones Banda Oriental La República, 1998a.

ABADIE, Washington Reyes. *Artigas e el Federalismo em el Rio de la Plata. Tomo 2, V.I.* Montevidú: Ediciones Banda Oriental La República, 1998b.

CASAS, Lincoln R. Maiztegui. *Orientales: una historia política del Uruguay – I. De los Orígenes a 1865.* 1º Ed. Buenos Aires: Planeta, 2004.

COMIRAN, Fernando. *Os cenários políticos da intervenção portuguesa: Banda Oriental do Uruguay (1811-1816).* Seattle: CreateSpace, 2009.

JANOTTI, Aldo. Uma questão mal posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por D. João VI. *Revista de História*, São Paulo, v. LII, 103, p. 315-341, Jul-Set. 1975.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil.* 3ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

PIMENTA, João Paulo G. *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828.* São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.

RIBEIRO, Ana. *Los Tiempos de Artigas – Tomo I.* Montevidú: Planeta, 2009a.

RIBEIRO, Ana. *Los Tiempos de Artigas – Tomo II.* Montevidú: Planet

### Fontes Consultadas

ARCHIVO ARTIGAS, TOMO TRIGÉSIMO.